



## **Ministério de Minas e Energia**

### **Consultoria Jurídica**

**(Revogada pela Portaria MME nº 337, de 30 de setembro de 2013)**

#### **PORTARIA Nº 268, DE 15 DE AGOSTO DE 2013.**

**O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 11 e 12, do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, no art. 55 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, no art. 2º, § 2º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, no art. 2º, inciso I, do Decreto nº 5.597, de 28 de novembro de 2005, e no Decreto nº 6.353, de 16 de janeiro de 2008, e o que consta no Processo nº 48000.001356/2013-11, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia para expedir portarias com as seguintes finalidades:

I - definir garantia física de energia e potência de empreendimento de geração, nos termos do art. 2º, § 2º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004;

II - autorizar acesso exclusivo a um consumidor, em tensão igual ou superior a 230 kV, por intermédio de concessionária local de distribuição ou de transmissão de energia elétrica, conforme dispõe o art. 2º, inciso I, do Decreto nº 5.597, de 28 de novembro de 2005; e

III - autorizar modificações de características técnicas de projetos que impliquem alterações de garantia física, de capacidade instalada e de localização de central geradora, após a emissão de outorga, mantido o prazo contratual de entrega de energia, previstos no art. 8º-A da Portaria MME nº 514, de 2 de setembro de 2011, e no art. 17 da Portaria MME nº 132, de 25 de abril de 2013.

Parágrafo único. A presente delegação de competência poderá ser exercida pelo Secretário-Adjunto de Planejamento e Desenvolvimento Energético, nos casos de afastamentos ou impedimentos regulamentares da autoridade ora delegada.

Art. 2º As competências a que se refere esta Portaria serão exercidas com a fiel observância das normas legais vigentes, devendo as autoridades destinatárias da referida delegação manter regularmente informados o Gabinete do Ministro e a Secretaria-Executiva acerca dos atos administrativos praticados.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Portaria MME nº 129, de 19 de março de 2009.

**EDISON LOBÃO**

**Este texto não substitui o publicado no DOU de 19.8.2013.**